



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

14 | CADERNO 1 POLÍTICA

WhatsApp: (79) 9647-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

CINFORM

www.cinform.com.br

IVC

Aracaju - SE, Ano 32, Edição 1680
22 a 28 de junho de 2015

ESCÂNDALO DA MERENDA

Burocracia teria atrapalhado investigação

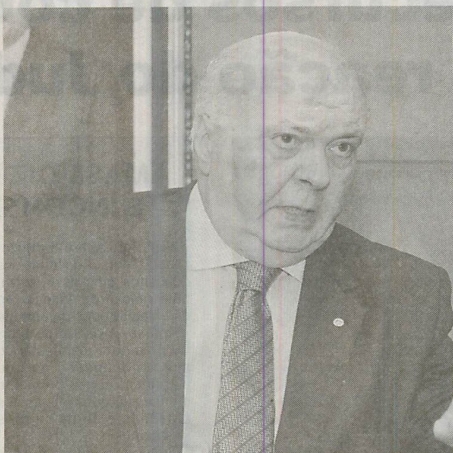
Antes mesmo de estourar as revelações sobre irregularidades em licitações de merenda, TCE, MPE e MPF confirmaram que já haviam sido acionados. Mas, afinal, o que houve?

Daniel Soares
politica@cinform.com.br

■ O escândalo em torno do suposto esquema formado por empresas sergipanas para fraudar licitações de merenda escolar em alguns municípios do Interior do Estado só repercutiu nacionalmente no final do último mês. Porém, o caso já vinha sendo denunciado pelo Cinform desde o ano de 2013, quando o semanário publicou a primeira de uma série de reportagens sobre as irregularidades.

Quase dois anos após, o que fica no ar é a dúvida sobre como um caso tão aterrador e vergonhoso pode ter passado pelas vistas de órgãos fiscalizatórios como o Tribunal de Contas do Estado - TCE -, Ministério Público Estadual - MPE - e Ministério Público Federal - MPF. Será que eles não sabiam?

A resposta é sim - não somente sabiam, como inquéritos chegaram a ser instaurados em algumas instituições. Mas, a coisa não foi à frente e o motivo estaria em um mal que assola a República brasileira: a burocracia. Apesar de parecer desculpinha de aspone, as coisas não são tão fáceis quanto se aparenta.



Carlos Pinna: "só analisamos balanços"

DENÚNCIA

O primeiro órgão que recebeu informações sobre irregularidades na merenda foi o MPE. Conforme publicou o Cinform em 2013, o órgão foi acionado por denúncias movidas pelo Síntese sobre irregularidades nas merendas de algumas escolas do Interior. Isso é confirmado pelo promotor de Justiça Eduardo Barreto d'Ávila, chefe de Gabinete do procurador-geral de Justiça.

"O Síntese fez as representações diretamente às promotorias", assegura. Mas, d'Ávila esclarece que o MPE não pôde dar andamento às averiguações ao constatar um impeditivo técnico.

"No caso da merenda escolar, especificamente, grande parte dos recursos é de natureza Federal, vindos por meio do Programa Nacional de Alimentação

Escolar. Então, a atribuição, a princípio, é do Ministério Público Federal e não do MPE", argumenta o promotor.

Apesar disso, Eduardo d'Ávila diz que os processos não ficaram engavetados. "Encaminhamos ao MPF, que instaurou procedimentos. Isso é um curso natural de qualquer processo", assegura. O promotor garante ainda que, desde então, o Ministério Público Estadual estaria cooperando com o órgão Federal.

DE OLHO

No MPF, quem está à frente das investigações sobre as irregularidades com a merenda escolar é o procurador da República Heitor Soares, coordenador do Núcleo de Combate à Corrupção. O órgão confirma que as investigações nesta seara ocorrem há anos.

Entre janeiro de 2010 e junho



Eduardo: "denúncias foram repassadas ao MPF"

de 2015, o Ministério Público Federal teria ajuizado 15 ações de improbidade administrativa e três ações criminais referentes a irregularidades na compra, fornecimento ou prestação de contas relacionadas à merenda escolar. As investigações anteriores ocorreram nos Municípios de Aquidabã, Canhoba, General Maynard, Graccho Cardoso, Malhada dos Bois, Monte Alegre, Nossa Senhora do Socorro, Pinhão, Santa Luzia do Itanhhy, Riachuelo e Umbaúba.

Agora, o foco do MPF se volta para São Cristóvão, em que a reportagem do Programa Conexão Repórter, do SBT, flagrou o suposto esquema de fraude em licitações. "As investigações seguem seus cursos normais", assegura Heitor Soares. O procurador comenta sobre a dificuldade de apurar

casos como esse da merenda, o que justificaria a demora ou inexistência de inquéritos.

"Os integrantes do grupo fraudulento atuam de maneira articulada para que as ligações da fraude não sejam detectadas. Normalmente, um grupo como esse só é desarticulado quando alguém decide vaziar as informações. E são necessárias provas robustas para que se comprovem o acordo criminoso", argumenta.

TCE NÃO VIU

Essa dificuldade também foi sentida pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE. O conselheiro Carlos Pinna, que preside a corte, diz que o órgão não chegou a instaurar um processo sobre irregularidades na merenda simplesmente por não ter como detectá-las. O motivo é simples: essa não é a função do Tribunal.

"Quando se analisa balanço, receita, despesa, déficit superado não se analisa o fato", justifica. "Nossa função é fiscalizar os contratos e nesses não houve nenhuma indicação de irregularidades. Como realmente não há, afinal, as acusações são de formação de um cartel para que as licitações tivessem um vencedor previamente, não de irregularidades nos contratos", complementa Pinna.

O presidente também traz como justificativa o fato de que, não fosse uma delação feita por um empresário do ramo de alimentos, provavelmente não se saberia até hoje sobre as irregularidades. "Se não fosse isso, nem nós e nem Sergipe teria como perceber", pondera

AGORA VAI?

O que se espera a partir agora é que, finalmente, culpados no suposto esquema sejam investigados e punidos a bola da vez para que se chegue a esse ponto é, mais uma vez, o MPF.

"As investigações podem resultar em ações de improbidade administrativa, no âmbito civil, e denúncias criminais. Os crimes mais comuns em casos desse tipo são fraude em licitação, superfaturamento, corrupção, peculato e associação criminosa", revela o procurador Heitor Soares.

Outra entidade que está atuando no processo investigatório a partir de agora é a Polícia Federal. "As informações foram encaminhadas à PF, com pedido de abertura de inquérito policial para apurar os crimes de fraude à licitação e associação criminosa", completa Heitor.

Sabendo finalmente quem irá averiguar, resta somente esperar para que se alcancem os culpados. Depois disso, a responsabilidade estará nas mãos da Justiça. E que seja sem burocracias. ■